

UMA LEITURA FILOLÓGICA E HISTORIOGRÁFICA DO CONCEITO DE GRAMÁTICA NA OBRA DE JOÃO DE BARROS (1540)

A PHILOLOGICAL AND HISTORIOGRAPHIC READING OF THE CONCEPT OF GRAMMAR IN THE WORKS OF JOÃO DE BARROS (1540)

Leonardo Ferreira Kaltner¹

RESUMO

Consiste o artigo em um estudo filológico e historiográfico do conceito de gramática derivado da *Gramática da língua portuguesa* (BARROS, 1540), cujo autor foi o humanista português João de Barros (1496-1570). O excerto do texto em questão, sobre o conceito de gramática, que é o primeiro capítulo da obra, é analisado sob os critérios da Crítica Textual, como *corpus*. A análise tem como objetivo investigar como o gramático quinhentista definiu o conceito de gramática e fazer uma exegese de seu pensamento linguístico pela descrição quinhentista. A importância histórica da gramática de João de Barros é notável, conforme analisou Buescu (1984), tendo em vista o fato de ser a primeira gramática da língua portuguesa, para gramatizar o vernáculo. O modelo de gramatização renascentista, analisado e descrito por Sylvain Auroux (1992), aplica-se à interpretação da obra de Barros. Em nossas considerações, nos valem do modelo teórico-metodológico e do aparato conceitual da Historiografia da Linguística (SWIGGERS, 2019), campo teórico interdisciplinar que nos auxilia a compreender a história dos conceitos gramaticais no processo histórico. Nossa análise da fonte primária é desenvolvida por edição digitalizada oriunda da Biblioteca Nacional de Portugal e pela transcrição disponível no portal CTLF (*Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*), da Université de Lyon, na França. **PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticografia. Crítica textual. João de Barros.

ABSTRACT

The article consists of a philological and historiographical study of the concept of grammar derived from the Grammar of the Portuguese language (BARROS, 1540), whose author was the Portuguese humanist João de Barros (1496-1570). The excerpt from the text in question, on the concept of grammar, which is the first chapter of the work, is analyzed under the criteria of Textual Criticism, as a *corpus*. The analysis aims to investigate how the sixteenth-century grammarian defined the concept of grammar and to make an exegesis of his linguistic thought through the sixteenth-century description. The historical importance of João de Barros' grammar is notable, as analyzed by Buescu (1984), considering the fact that it was the first grammar of the Portuguese language to grammatize the vernacular. The Renaissance grammatization model, analyzed and described by Sylvain Auroux (1992), applies to the interpretation of Barros' work. In our considerations, we make use of the theoretical-methodological model and the conceptual apparatus of the Historiography of Linguistics (SWIGGERS, 2019), an interdisciplinary theoretical field that helps us to understand the history of grammatical concepts in the historical process. Our analysis of the primary source is developed by a digitized edition from the National Library of Portugal and by the transcript available on the CTLF portal (*Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*), from the Université de Lyon, France.

KEYWORDS: Grammaticography. Textual criticism. João de Barros.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), leonardokaltner@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>.

Introdução

A história do conceito de gramática é um dos objetos de estudo da Gramaticografia (CAVALIERE, 2012, BORGES NETO, 2012), que se constitui como uma das linhas de pesquisa da disciplina de Historiografia da Linguística (HL), idealizada e teorizada pelo filólogo alemão Konrad Koerner (1996) e pelo historiógrafo Pierre Swiggers (2013, 2019). No cenário brasileiro, essa disciplina foi implantada pelos esforços empreendidos por pesquisadores como Cristina Altman, Marli Quadros Leite, Neusa Bastos, José Borges Neto, Ricardo Cavaliere, dentre tantos outros, que fundaram e participaram de núcleos de estudos ainda ativos, como o Centro de Documentação Historiográfica, da Universidade de São Paulo (CEDOCH/USP), desde 1994, e o GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira, em 1996, por exemplo (ALTMAN, 2019).

A disciplina de HL, em seu modelo teórico, utiliza-se instrumentalmente de diversos processos metodológicos, tendo sido a Crítica Textual, conforme a define Bassetto (2013, p. 44-50), empregada para a análise de fontes documentais, como as gramáticas antigas, o que vincula a disciplina de HL à Filologia moderna. No artigo, buscamos demonstrar o exemplo de trabalho crítico-filológico com uma dessas fontes, pela *Gramática de Língua Portuguesa* (BARROS, 1540), escrita pelo humanista português João de Barros (1496-1570). Nosso objetivo geral de investigação é interpretar a história do “pensamento linguístico e das práticas gramaticais” (*linguistic thought and grammar praxis*) (SWIGGERS, 2013, 2019), tendo como objeto de estudos específico o excerto da obra de Barros que descreve o conceito de gramática, em seu primeiro capítulo.

A gramaticografia renascentista, em que se insere o pensamento linguístico e gramatical de João de Barros, é um tema interdisciplinar, passível de interpretação filológica, tendo em vista que a obra do humanista refletiu o seu contexto, uma sociedade com instituições muito diversas de nossa realidade contemporânea. No “clima intelectual” (KOERNER, 1996) da corrente de pensamento do humanismo renascentista, em que se insere a obra de Barros, ainda temos a vida da corte absolutista, em que a gramática foi publicada, durante o reinado de D. João III (1502-1557), cuja política cultural resultou na reforma das instituições absolutistas portuguesas, que receberam as inovações humanísticas, vindas de contexto itálico e francês. Nesse período histórico, a comparação e a analogia entre línguas das cortes europeias fizeram parte do processo de recepção do pensamento linguístico. Note-se que Petrarca foi o humanista que inovou no contexto europeu ao se valer de uma língua vernácula para produzir suas obras, o que foi prontamente difundido em Castela, na França quinhentista, também em Portugal (LEITE, 2007, AUROUX, 1992).

A principal analogia entre o latim e as línguas vernáculas caracterizou o pensamento linguístico da época em que João de Barros redigiu a sua gramática quinhentista, conforme notam Neusa Bastos e Ronaldo Batista, historiógrafos da Linguística:

O que houve de comum nas descrições gramaticais foi também o que a gramaticografia renascentista utilizou com mais extensão: o método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita com línguas clássicas ou vernaculares. Além disso,

houve utilização e manutenção de uma metalinguagem que caracterizaria a produção gramatical do Ocidente. Encontra-se também nas gramáticas dos jesuítas a indicação de que uma redução da língua a regras deveria ser breve e econômica. O que de fato contribuía para a classificação das obras como artes de gramática, expressão que indicava descrição breve de aspectos gramaticais essenciais. (BATISTA; BASTOS, 2020, p. 59)

A fonte textual humanística nos permite conhecer o pensamento linguístico do autor e apreender seu “clima intelectual” (KOERNER, 1996) em comparação com nossa época. De certo modo, a reflexão historiográfica é devedora do “método histórico-comparativo”, que marcou a Filologia moderna. Com efeito, a interpretação historiográfica depende de uma comparação com nosso estado atual de coisas, o que Koerner definiu como “adequação teórica” (KOERNER, 1996), um dos princípios da HL. Logo, a obra de João de Barros é passível de análise por comparação com as gramáticas contemporâneas, por exemplo, e nesse sentido, fazemos uma comparação do conceito de gramática do humanista do século XVI com os conceitos de gramática descritiva e normativa, pela prestigiada *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* (BECHARA, 2009), do filólogo Evanildo Bechara, acadêmico da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL). Ao fazer essa comparação de conceitos entre as gramáticas, buscamos pelo contraste compreender como o humanista do século XVI concebeu seu “ideário linguístico” (SWIGGERS, 2013, 2019).

1. João de Barros, o primeiro gramático da língua portuguesa

Para Buescu (1984), a obra gramatical de João de Barros inaugurou a tradição gramatical de língua portuguesa, ainda que tenha sido posterior à obra do frade Fernão de Oliveira (1507-1581), autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (OLIVEIRA, 1536). A obra do frade é considerada por Buescu como um comentário à língua portuguesa, não tendo apresentado o conhecimento sistematizado como a descrição linguística da língua vernácula por Barros. Nesse aspecto, Fernão de Oliveira estava mais voltado para as discussões da gramática especulativa do que para o modelo gramatical humanístico, como desenvolveu João de Barros, que escreveu sua gramática de forma didática para o ensino da língua portuguesa. Os humanistas eram antes de tudo pedagogos, enquanto os teólogos formados pela escolástica estavam mais próximos do perfil intelectual de filósofos. A concepção de educação humanística estava vinculada à percepção do ensino adaptado para crianças, conforme os ideais latinos de Quintiliano (AUROUX, 1992; PEREIRA, 2006; BUESCU, 1984).

A biografia de João de Barros já demonstra como a vida na corte e o comércio ultramarino estavam relacionados ao desenvolvimento da gramática humanística, que propunha uma língua para o comércio, para a diplomacia e para a defesa dos interesses do reino de Portugal (BUESCU, 1984). Era também uma língua vernácula funcional para a expansão colonial, tendo em vista que estava sistematizada conforme as necessidades das feitorias e das “escolas de ler e escrever” que teriam sido fundadas nas colônias. João de Barros participou desse processo expansionista como “alto funcionário” da corte, além de gramático:

Nascido em Viseu, em 1496, foi educado esmeradamente no paço, em estreita amizade com D. Manuel e também com D. João III, de quem recebeu o governo do Castelo de São Jorge da Mina. Por essa influência, exerceu sempre bons cargos: tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta e feitor da casa da Guiné e da Casa da Índia. Quando da colonização do Brasil, ganhou uma capitania de cinquenta léguas ao norte, mas a expedição que foi enviada, naufragou e ele não prosseguiu no seu empreendimento mercantil. Homem de letras, foi novelista, poeta, filósofo, historiador e gramático-pedagógico com a publicação da Gramática da Língua Portuguesa, donde reiteramos a origem nobre de nosso primeiro gramático (BASTOS; PALMA, 2004, p. 51).

A obra de Barros está situada no despontar da educação humanística no reino de Portugal no século XVI, que era o clima intelectual da Renascença nos reinos europeus, tendo sido uma época vinculada ao uso da escrita na língua vernácula tanto para a educação quanto para a administração dos reinos absolutistas. A sociedade que passava a incorporar o comércio como uma de suas práticas, tendo saído da estagnação da sociedade feudal estritamente rural, teve a necessidade de amplificar os seus conhecimentos linguísticos em um sistema de escrita mais simples, que não era mais em latim, mas no uso do vernáculo, conhecido por todos.

A língua portuguesa tornou-se prestigiada na primeira modernidade do século XVI, com a reforma das universidades e a fundação de colégios humanísticos quinhentistas, o que acarretou uma renovada produção literária, sobretudo poética, com Camões assim como no registro das mais diversas obras escritas. João de Barros foi o principal gramático desse período histórico em Portugal, tendo sistematizado a língua para a sua desterritorialização, isto é, a sua expansão nas conquistas territoriais advindas das navegações. O latim ainda era influente a essa época, em sua modalidade humanística.

O humanista João de Barros produziu como autor três textos com reflexões metalinguísticas e gramaticais no contexto da Portugal quinhentista, escreveu uma obra para o ensino de “rudimentos” (*rudimenta*) de língua latina, inacabada, de que temos cópia manuscrita, os *Rudimenta Grammatices* (Rudimentos de gramática latina), escreveu uma cartilha para letramento de meninos e para a catequese, a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Igreja*, e, por fim, sua gramática humanística, uma espécie de livro para os professores quinhentistas, que atuavam nas “escolas de ler e escrever”, a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540 (BUESCU, 1984). Suas obras de língua portuguesa, tanto a cartilha quanto a gramática, eram utilizadas na desterritorialização da língua, tendo sido planejada já no contexto das navegações, e tendo como possíveis modelos anteriores tanto a obra de Lorenzo Valla (1407-1457) quanto de António de Nebrija (1441-1522), este último que desenvolveu semelhante tarefa com a língua de Castela, o castelhano. Nebrija chegou a ser referenciado por Fernão de Oliveira, em período anterior à publicação da gramática de João de Barros (BUESCU, 1984).

Esse “embate teórico” (SWIGGERS, 2019) entre os reinos levou Portugal a “gramatizar” (AUROUX, 1992) sua língua, segundo Ronaldo Batista (2020):

Perseguindo o ideal de elevação da nação portuguesa e de seu povo, Oliveira e Barros colocaram-se como combatentes ao enfrentar a língua castelhana, vista como a língua

do outro que deveria ser enfrentada e combatida. Não se pode esquecer aqui das causas e consequências de um momento histórico que acabaria por levar Portugal ao domínio espanhol de 1580 a 1640, além do bilinguismo português/castelhano presente. Fatos que autorizaram, para os gramáticos, a necessidade da insistência na afirmação da diversidade e superioridade do português em relação ao castelhano. Como cada um combate com as armas que tem, Oliveira e Barros utilizaram o ofício de gramático para impor o que eles julgavam ser próprios da nação portuguesa (BATISTA, 2020, p. 49).

Devido ao prestígio da gramática latina, à época de João de Barros, seu conceito de gramática é herdeiro da tradição greco-latina, tendo sido adaptado para um conceito gramatical desenvolvido no vernáculo português, o que caracterizou o seu pensamento. Uma outra questão que se deve notar quanto à influência greco-latina é que, no clima intelectual dos humanistas do século XVI, ainda não havia sido desenvolvido o conceito de latim “clássico”, termo cujo emprego é posterior, já no século XVIII, mas o latim estava vinculado às “*humanitates*” pelos humanistas, e estava se afastando do conceito de uma língua litúrgica, do latim utilizado pela Igreja, desde a Idade Média. Nesse aspecto, o latim (humanístico) a que se referia João de Barros era também o latim de Cícero, dos poetas e dos gramáticos latinos, buscando conciliar as humanidades com a teologia, conforme nota Buescu (1984), em comentário ao *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, texto que foi editado em conjunto com a gramática de 1540:

Um dos traços mais característicos deste *Diálogo* é a conciliação da sabedoria antiga com a doutrina do Evangelho e dos doutores da Igreja. Assim, Barros cita numerosos autores latinos e gregos: Cícero, Aristóteles, Menandro, Terêncio, Plutarco, Juvenal, Séneca, Ovídio, Alexandre, Afrodísio, Platão, Sócrates, Epiménides, Arato etc., a par de S. Tomás, S. Jerónimo, S. Paulo e outros (BUESCU, 1984, p. 55).

A gramática de João de Barros não substituíra o ensino de latim renascentista, mas se apresentava como um texto introdutório da teoria gramatical, para a alfabetização no vernáculo, para que o latim fosse ensinado na sequência. Assim, a língua latina passaria a ser uma disciplina superior, ou posterior ao aprendizado da leitura e da escrita na língua vernácula, o que já teria ocorrido em outras comunidades linguísticas ocidentais antes de Portugal, no século XVI:

No texto de João Barros pode-se lobrigar, outrossim, a função de facilitação de aprendizagem das línguas clássicas que teria a iniciação na gramática portuguesa. A gramática vernácula teria, além dos papéis que já assinalamos anteriormente, a função de propedêutica para as línguas clássicas. Sendo herdeiras do latim, as línguas vernáculas facilitariam sua aprendizagem (NAVARRO, 2022, p. 62).

2. O conceito de gramática na obra de João de Barros: leituras da fonte

O primeiro capítulo da gramática do humanista contém a sua definição do metatermo gramática, tendo se intitulado “*Difinçám da Grãmatica e as pártes della*” (BARROS, 1540, pp. 3-4). Podemos notar que é um capítulo bem sucinto com dois temas, a “definição de gramática” e a sua divisão em

quatro partes, conforme o modelo latino que o autor seguia, por sua tradição humanística, referente à gramática latina. Vejamos a fonte textual em dois tratamentos críticos, inicialmente por edição semidiplomática e nas notas de rodapé uma “edição interpretativa” conforme os pressupostos da Crítica Textual (BASSETTO, 2013), desenvolvida por Kaltner (2020, p. 2196) a qual será comentada, em seção posterior, em comparação aos conceitos modernos de gramática de língua portuguesa, do filólogo Evanildo Bechara (2009) e da historiógrafa Buescu (1984), mais adiante. A transcrição semidiplomática é retirada de leitura do portal *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), mantido pela Université de Lyon.

Na primeira parte do texto transcrito em edição semidiplomática, temos o título do capítulo, com três períodos, que apresentam os argumentos do gramático humanístico, no primeiro período há a definição do que é gramática, pelo critério etimológico do termo grego, no segundo o argumento da tradição latina, em que o humanista cita a definição de gramáticos latinos, como *Donatus*, e no terceiro período, uma definição de cunho filosófico, embasada pela tradição platônica e aristotélica, de que a língua expressa significados, ou “conteúdos de consciência” (BECHARA, 2009):

Grammatica da lingva portvgvesa.

Difinçám da Grãmatica e as pártes della.

Grammatica, e uocabulo Grægo: quér dizer, çiência de letras. E segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos dérã: é hũ módo çerto e iusto de falar & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamar artefício de paláuras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fãla como na escritura, uenhamos em conheçimento das tenções alheas (BARROS, 1540, fol. 3f)².

A segunda parte da definição aprofunda a dualidade (simbólica) da língua, que possui uma existência material, seja pelo som das palavras que “entram pelos ouvidos”, seja pelo signo gráfico da escrita, que transmitem as “coisas” para nosso entendimento. Esse processo natural ocorre na comunicação humana. João de Barros apresenta a divisão em partes da oração da língua portuguesa, cuja primeira divisão é centrada em “nome” e “verbo”, conforme a tradição latina:

Por que bem assy entram as letras pela uista, como as paláuras pelos ouuidos: instrumento comque o nõsso intendimẽto reçebe as mais das cousas. E como pera o .iogo do enxedrez se requêrẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o officio que lhe foy dádo:) assy todalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em gênero, & concordes ã officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Vêrbo (BARROS, 1540, fol. 3f)³.

² Vejamos uma leitura interpretativa desse excerto: “Gramática é vocábulo grego, quer dizer, ciência das letras. E, segundo a definição que os gramáticos lhe deram, é um modo certo e justo de falar, e escrever, colhido do uso e autoridade dos homens eruditos. Nós a podemos chamar de artifício de palavras, postas em seus lugares naturais, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos a ter conhecimento das intenções alheias” (KALTNER, 2020, p. 2196).

³ “Pelo fato de que bem assim entram as letras pela visão, como as palavras pelos ouvidos, é um instrumento com que o nosso entendimento percebe grande parte das coisas. E como para o jogo de xadrez se requerem dois reis, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com as leis do que cada uma deve fazer, segundo o ofício que lhe foi dado, assim todas as linguagens têm dois reis, diferentes em gênero, e concordes em ofício, a um chamam Nome e, ao outro, Verbo” (KALTNER, 2020, p. 2196).

O sistema gramatical é o tema da terceira parte da definição

Cada hũ destes reyes tẽ sua dama, à do nome chamam Pronome, & à do uérbo, Auérbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã, sam péças e capitães prinçipães que debaixo de sua iurdiçam tẽ muita pionágem de diçõs, com que comũmẽte séruem a estes dous poderósos reyes, Nome, & Vérbo. Assy que podemos daquy entẽder, ser a nõssa linguágem cõpõsta destas noue pártes: Artigo, que é próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Vérbo, Aduérbio, Partiçipio, Cõiunçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os latinos. Os quães pártem a sua Grammatica em quáto pártes, ã Orthografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á mitaçã dos quães, (por termos as suas pártes,) diuídimos a nõssa Grãmatica (BARROS, 1540, fol. 4f).

Por fim, há as considerações sobre o conceito humanístico de gramática, que se diferenciava do modelo anterior, a “gramática especulativa”:

E por *que* a mais pequena destas pártes é a letera, dõde se totalas dicções cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a órdẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requêre a preçeiuiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della. E tãbem, por que as çiências requêrẽ seus próprios termos per onde se am de aprẽder, como as óbras mecanicas instrumentos com que se fãzem, sem os quães, nenhũa destas cousas se pôde entender nem acabar (BARROS, 1540, fol. 4f)⁴.

Para o leitor contemporâneo, a leitura da fonte primária, em transcrição semidiplomática é uma tarefa não muito comum. Uma das estratégias didáticas da Crítica Textual consiste na “leitura interpretativa”, em que as nuances históricas da fonte primária são perdidas, mas por outro lado, permitem um maior acesso a leitores não especializados, o que faculta a popularização científica. Nesse sentido, encontramos no trabalho filológico também outras leituras interpretativas da gramática de Barros, como ocorreu em edições anteriores (BUESCU, 1978).

3. Comentários e exegese

A definição axiomática que João de Barros apresentou para a gramática a elevou à categoria de uma “ciência” quinhentista. Note-se que o critério etimológico vinculou o vocábulo gramática em língua portuguesa ao vocábulo grego correspondente, tendo sido a definição inicial do conceito do gramático quinhentista uma adaptação vernácula do metatermo grego: “Gramática é vocábulo grego, quer dizer, ciência das letras”. Com o conceito quinhentista de ciência podemos compreender o “conhecimento sistematizado”, ordenado por categorias, e por “letras”, interpretado culturalmente como a tradição escrita, ou a cultura letrada institucional humanística (BUESCU, 1984), base da

⁴ “E porque a menor destas partes é a letra, de onde todas as dicções, ou palavras, se compõem, vejamos primeiro sobre ela, a partir disso, vejamos sobre as outras três, não segundo convém a ordem da gramática especulativa, mas como requer a preceptiva, usando os termos da gramática latina, cujos filhos somos nós, por não degenerar dela. E também, pelo fato de que as ciências requerem seus próprios termos, por onde se hão de aprender, como as obras mecânicas requerem instrumentos com que se façam as coisas, sem os quais, nenhuma destas coisas se pode entender, nem acabar” (KALTNER, 2020, p. 2196).

gramatização quinhentista (AUROUX, 1992). Logo, a “gramática”, para Barros, é a sistematização da tradição escrita de uma determinada língua, tendo sido um conceito universal oriundo do pensamento linguístico grego antigo, em sua recepção humanística portuguesa.

O conceito de ciência gramatical desenvolvido por Barros tem origem na recepção do pensamento aristotélico, de *episteme*, isto é de um conhecimento sistematizado por demonstrações, sobretudo pela técnica da dialética (ARISTÓTELES, 2010). Esse tipo específico de conhecimento é sistematizado em um texto, ou *lógos*, assim, a “gramática” do humanista se constitui de forma dedutiva, isto é, por deduções, que são comprovadas por uma sucessão de premissas necessárias ao desenvolvimento do pensamento, mais do que por exemplos indutivos. Logo, a gramática humanística tem um crescente, de sua unidade mínima, a letra, até a sua maior unidade, a oração, que constitui o texto, o seu objeto de investigação, ou de fracionamento do pensamento, do “lógos”. O processo dialético é demonstrado, por Barros, no texto registrado ao final da gramática: o *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (BARROS, 1540), ápice de produção textual desse processo humanístico, que tem na gramática o primeiro passo de aprendizado da dialética e da retórica, que se remetem à organização das antigas disciplinas do pensamento pela escolástica, no sistema medieval do *trivium* (BECCARI, 2019).

O caráter sucinto da definição do conceito é algo didático e típico da tradição de pensamento dos humanistas do século XVI, que eram também pedagogos (BUESCU, 1984; 1978). As definições sucintas não permitiam grandes especulações, o que era o objetivo de diferenciá-los dos gramáticos modistas, de tradição anterior. O primeiro comentário ao conceito demonstra o método de constituição da gramática, isto é, da sistematização do conhecimento gramatical, pelos gramáticos greco-latinos: “E, segundo a definição que os gramáticos lhe deram, é um modo certo e justo de falar, e escrever, colhido do uso e autoridade dos homens eruditos”. A gramática humanística é (re)colhida do uso, em primeiro lugar, e em segundo lugar da “autoridade dos homens eruditos”, isto é, daqueles que cultivam a língua, cuja referência inicial foram os poetas, na tradição cultural da antiga Grécia. Podemos notar no pensamento de João de Barros a influência do que Quintiliano conceituou como “*consensus eruditorum*” (consenso dos eruditos) (PEREIRA, 2006).

Em essência, a gramática é descrita como uma técnica, um “modo certo e justo de falar, e escrever”. Há duas modalizações descritas na gramática quinhentista de Barros, primeiro um modo certo, que se opõe a um modo errado, em seguida um modo justo que se opõe a um modo injusto. Se interpretarmos o sentido de certo e justo, conforme o clima intelectual do humanista, teremos como referência o pensamento filosófico grego antigo. E afinal, para os gregos, o que teria sido o modo certo de pensar, falar e escrever? Se retomarmos o pensamento aristotélico, a dialética teria permitido ao filósofo separar o certo do errado, e a retórica teria permitido separar o justo do injusto (ARISTÓTELES, 2010). Nesse sentido, o que Barros parece afirmar é que a gramática é uma técnica, retirada dos poetas, que permitia o uso da dialética e da retórica. A gramática de língua grega permitia o uso dessas “ciências” em língua grega, assim como a gramática em língua portuguesa permitiu esses usos específicos em língua portuguesa.

Para os humanistas do século XVI, o “modo certo de falar” era aquele que é construído pelo uso da dialética aristotélica, como instrumento de especulação racional, já o modo justo, aquele que é desenvolvido pela retórica, também de base aristotélica. Logo, com a gramática de língua portuguesa é possível produzir a dialética em língua portuguesa, assim como uma retórica vernácula, renascida da filosofia da Grécia e da oratória de Roma, fundamentos para a criação de uma administração e um Direito modernos em língua vernácula. Na perspectiva humanística, o “falar e escrever correto e justo” não estava apenas vinculado à especulação em língua latina, ou mesmo grega, passaria a ser possível na língua também “colhida do uso”, mas sob a “autoridade” dos humanistas, os doutores em gramática e conhecedores do pensamento humanístico. Os humanistas também eram poetas e tradutores de poesia, além de preceptores de gramática, isto é, pedagogos.

João de Barros também rotula a gramática como “artifício de palavras, postas em seus lugares naturais, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos a ter conhecimento das intenções alheias”. O artifício pode ser interpretado como o ofício do artífice, isto é, a técnica do uso e da compreensão das palavras, cuja disposição é estarem postas em “seus naturais lugares”, para o conhecimento da intencionalidade de quem fala ou escreve. Nesse sentido, o metatermo “palavra” é a unidade mínima que comporta o significado, para o gramático quinhentista, equivalente ao *signum/symbolon* aristotélico, a intencionalidade, conceito da especulação filosófica, representa a forma do pensamento, que se materializa na “palavra”, que comunica na fala e na escrita as intenções, segundo o gramático. A gramática humanística é o artifício de compreender a dinâmica do uso das palavras, o seu significado, nessa percepção quinhentista.

Por fim, João de Barros aponta que as letras são significantes visuais, enquanto as palavras são significantes auditivos, com um valor instrumental para a compreensão das “coisas”: “pelo fato de que bem assim entram as letras pela visão, como as palavras pelos ouvidos, é um instrumento com que o nosso entendimento percebe grande parte das coisas”. Essa é uma visão teórica neoplatônica, derivada das reflexões do diálogo Crátilo (AUROUX, 1992), que estava no clima intelectual do debate humanístico, à época de João de Barros. A língua era um objeto de estudos inicialmente filosófico, com base na dialética e na gramática especulativa medieval (BECCARI, 2019), cujas reflexões foram simplificadas na gramática humanística.

A reflexão sobre a “natureza das coisas” torna-se para o humanista, do século XVI, uma reflexão gramatical, pois o conhecimento das coisas está vinculado ao conhecimento das palavras, tanto na leitura quanto na fala, pela visão e pela audição, os dois principais sentidos, conforme a filosofia grega. A língua é um instrumento para a compreensão da realidade, enquanto a gramática é um instrumento para a compreensão da língua, conforme o modelo gramatical de João de Barros. Para que o “entendimento” perceba as “coisas”, é necessário o conhecimento gramatical, assim a gramática humanística é considerada como o texto inicial para a formação humanística, é a primeira das “artes” para o conhecimento das ciências.

João de Barros traça uma analogia entre a língua portuguesa e o jogo de xadrez, para apresentar uma ordem natural nas línguas. Ainda influenciado por Platão e Aristóteles, o gramático citou o fato de as línguas possuírem dois reis: o “Nome” e o “Verbo”, isto é, um sujeito e um predicado. São categorias fundamentais, de que derivam as outras categorias gramaticais, como advérbios, pronomes, participípios, artigos, conjunções e interjeições, que são as partes da oração em língua portuguesa, de forma sistêmica. As palavras diversas são como os peões, nessa alegoria, que expressa um nível hierárquico na análise linguística do século XVI. As partes da oração indicam a separação de palavras na escrita.

Assim, João de Barros divide a gramática humanística em quatro partes: “Ortografia, que trata da letra, em Prosódia, que trata da sílaba, em Etimologia, que trata da dicção, ou palavra, e em Sintaxe, a que responde a construção”, tendo seguido a tradição latina, incorporada à Idade Média, contínua no Renascimento. À cada uma dessas partes corresponde uma unidade mínima da língua: letra, sílaba, palavra e oração. Atualmente, as gramáticas possuem uma divisão em três partes, derivada da gramática racionalista. Note-se a influência dos “gregos e hebreus”, na categoria de artigo na língua portuguesa.

Por fim, o humanista cita a diferença de sua gramática humanística, chamada de “preceitiva”, com a gramática especulativa, talvez tendo feito uma alusão à gramática de Fernão de Oliveira, para diferenciar a especulação filosófica da descrição simplificada e didática dos humanistas. A “gramática latina” é citada como fonte geral, sem uma identificação de qual gramática latina teria sido a referência para o humanista. Por fim, João de Barros cita a “metalinguagem” (AUROUX, 1992) como o instrumento da gramática: “também, pelo fato de que as ciências requerem seus próprios termos, por onde se hão de aprender, como as obras mecânicas requerem instrumentos com que se façam as coisas, sem os quais, nenhuma destas coisas se pode entender, nem acabar”.

A gramática de João de Barros pode ser considerada como a gramática que fundou a tradição normativa na língua portuguesa, se atentarmos para a diferenciação de gramática descritiva e normativa, desenvolvida por Bechara:

Daí é fácil concluir que não devemos confundir dois tipos de gramática: a descritiva e a normativa. A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser descritiva, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico). Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, do saber idiomático e do saber expressivo. A gramática descritiva se reveste de várias formas segundo o que examina mediante uma metodologia empregada, formas que não cabe aqui explicitar, mas tão somente enumerar: estrutural, funcional, estrutural e funcional, contrastiva, distribucional, gerativa, transformacional, estratificacional, de dependências, de valências, de usos, etc. A gramática estrutural funcional concebida por E. Coseriu aplica-se à apreensão e descrição dos paradigmas do significado gramatical, das estruturas gramaticais de uma língua particular. Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim

pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (BECHARA, 2009, p. 52).

A gramática de João de Barros possui uma descrição da língua, todavia, sua tendência de pensamento é a normatização, pois é uma gramática “preceptiva”, ou prescritiva, aquela que tem por função servir de instrumento de trabalho ao preceptor. A busca pela aproximação da língua portuguesa à gramática latina é patente na obra, o que caracterizou o processo de gramatização quinhentista, com a adaptação da gramática latina ao vernáculo. Há na gramática de Barros, por exemplo, uma tentativa de equivalência entre o sistema de declinações do latim com a língua portuguesa (BARROS, 1540, fol. 13f), enquanto o afastamento da língua latina era considerado uma “degeneração” da língua. Assim, compreende-se que o humanista deveria colher a língua do uso, mas aprimorá-la em uma aproximação com o latim, o que se refletiria, por fim, no que deveria ser ensinado para as crianças atendidas pelos preceptores.

Considerações finais

O conceito humanístico de gramática de João de Barros é um marco histórico na gramaticografia de língua portuguesa no século XVI. Sua definição permitiu a sistematização do conhecimento gramatical na língua vernácula de Portugal, em um contexto histórico em que o latim era ainda uma língua de prestígio. A gramática humanística seria considerada atualmente como uma “gramática normativa”, com finalidade pedagógica, a que se opõe diversos tipos de gramáticas descritivas, posteriores à Linguística moderna.

Por outro lado, pudemos evidenciar como o conceito de gramática humanística esteve vinculado ao pensamento filosófico grego, notadamente, ao pensamento platônico e aristotélico, quando a gramática se vinculou a práticas linguísticas específicas, como a dialética e a retórica, além da poética clássica, de onde derivou a literatura moderna. Dessa forma, a gramática humanística é uma técnica de descrição para usos linguísticos mais específicos do que aqueles que são vinculados apenas ao cotidiano, tendo em vista que a dialética e a retórica tiveram finalidade administrativa e jurídica na formação das instituições do Ocidente.

Ao mesmo tempo, a gramática humanística apresenta uma língua colhida do “uso”, isto é, da ordem natural, do dia a dia, que é burilada pela poética, pela dialética e pela retórica, a fim de ser sistematizada nas construções gramaticais. João de Barros adaptou a gramática humanística de língua portuguesa de uma base gramatical latina, logo retirou do modelo latino quatro instrumentos, ou níveis de sistemas, para a “gramatização” da língua portuguesa: a letra, a sílaba, a palavra (dição) e a oração, que apresentam as formas mínimas para “colher” a língua em uso. Essa sistematização da gramática permitiu analisar a fala e organizar a escrita vernácula, de forma empírica, como ocorreu no século XVI. Após a gramatização da língua portuguesa, ela já teria estado preparada para a sua desterritorialização, no contexto das navegações e da “conquista” territorial subsequente.

Referências

ALTMAN, Cristina (org.) *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.

ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2010.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm. Acesso em 01 mar. 2023.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EdUsp, 2013.

BASTOS, Neusa; PALMA, Dieli. Elos Portugal e Brasil: João de Barros e Anchieta. *Revista de Letras*, Curitiba v. 26, n. 1/2, jan/dez, 2004, pp. 50-6.

BATISTA, Ronaldo; BASTOS, Neusa. Historiografia da linguística e o ensino de língua como objeto de análise: considerações metodológicas. In: BATISTA, Ronaldo; BASTOS, Neusa. *Questões em historiografia da linguística*. São Paulo: Pá de Palavra, 202, pp. 53-76.

BATISTA, Ronaldo. Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. *D.E.L.T.A.*, v. 26, n. 2, 2010, pp. 345-64.

BECCARI, Alessandro Jocelito. *Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Revista Todas as letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012, pp. 87-98.

BUESCU, Maria Leonor C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BUESCU, Maria Leonor C. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, pp. 217-36, 2012.

KALTNER, Leonardo. O conceito de gramática na obra de João de Barros (1540) à luz da Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, v. 26, n. 78, 2020, pp. 2191-200.

KOERNER, E. F. Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. Tradução de Cristina Altman. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, n. 2, pp. 45-70, 1996.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa. Uso & Norma*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2007.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *A era das gramáticas: a questão das línguas na época do renascimento e das grandes navegações*. Campinas: Pontes Editores, 2022;

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa, de 1536*. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3301_por_Oliveira_01_1536_T01.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

PEREIRA, Marcos. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2006.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Traduzido por Ricardo Cavaliere. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44/45, pp. 39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: ALTMAN, Cristina *et al.* (org.) *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 45-80.